



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação

ERC/2024/355 (LIC-R)

Renovação da licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora do operador R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda., serviço de programas denominado Rádio Salesiana 105.7

Lisboa
17 de julho de 2024

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação ERC/2024/355 (LIC-R)

Assunto: Renovação da licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora do operador R.V.E. - Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda., serviço de programas denominado Rádio Salesiana 105.7

I - Pedido

1. Em 22 de novembro de 2023 deu entrada na ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (doravante, ERC) o requerimento para renovação da licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora detida pela R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda., ao abrigo do disposto no Artigo 27.º da Lei da Rádio¹.
2. O operador requerente, com registo na ERC n.º 423052, detém a licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora de âmbito local, para o concelho de Entroncamento, na frequência 105.7MHz, disponibilizando um serviço de programas generalista com a denominação Rádio Salesiana 105.7.
3. A licença do operador requerente é válida até 11/06/2024, pelo que, tendo o pedido de renovação sido apresentado a 22/11/2023, é o mesmo tempestivo (cfr. artigo 27.º, n.º 2, da Lei da Rádio).

II - Enquadramento Legal

¹ Aprovada pela Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro e alterada pelas Leis n.ºs 38/2014, de 9 de julho e 78/2015, de 29 de julho.

4. A ERC é competente para a renovação das licenças dos operadores de rádio, nos termos do artigo 24.º, n.º 3, alínea e), dos Estatutos da ERC² e do artigo 27.º da Lei da Rádio.
5. Dispõe o artigo 27.º, n.º 1, da Lei da Rádio que «[a]s licenças e autorizações para o exercício da atividade de rádio são emitidas pelo prazo de 15 anos e renováveis por iguais períodos», devendo ser requerida a renovação, junto da ERC, 240 dias antes do termo do prazo respetivo (cf. artigo 27.º, n.º 2 da Lei da Rádio).
6. O n.º 4 do citado artigo 27.º estatui que «[a] renovação das licenças (...) é concedida quando o regular cumprimento das obrigações legais a que estão sujeitos os operadores de rádio e os respetivos serviços de programas, nomeadamente a situação contributiva e tributária regularizada, for verificado pela ERC, no âmbito da sua atividade contínua de regulação e de supervisão».
7. Determina o artigo 15.º, n.º 2, da Lei da Rádio que «[a] atividade de rádio que consista na organização de serviços de programas generalistas ou temáticos informativos de âmbito local apenas pode ser prosseguida, nos termos da presente lei, por pessoas coletivas que tenham por objeto principal o exercício de atividades de comunicação social».
8. No âmbito da presente análise, para verificação do regular cumprimento das obrigações, serão escrutinadas as obrigações consagradas nos artigos 4.º, n.º 3 a 5, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 37.º, 38.º, 40.º e 41.º, todos da Lei da Rádio.
9. É, igualmente, avaliado o respeito pelo disposto na Lei n.º 78/2015, de 29 de junho (doravante, Lei da Transparência), de acordo com elementos comunicados pelo operador através do Portal da Transparência da ERC.

² Aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro.

III - Instrução

- 10.** Foram juntos ao procedimento os seguintes documentos:
 - 10.1.** Cópia do título habilitador para o exercício da atividade de rádio;
 - 10.2.** Cópia da licença radioelétrica para o serviço de radiodifusão sonora, passada pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
 - 10.3.** Estatutos Atualizados da Sociedade;
 - 10.4.** Certidão do Registo Comercial do Operador;
 - 10.5.** Declaração do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) do Operador;
 - 10.6.** Declaração do Operador de cumprimento do disposto no artigo 16.º, n.º 1, da Lei da Rádio, quanto às restrições ao exercício da atividade;
 - 10.7.** Declaração do Operador e dos detentores de capital de cumprimento do disposto no artigo de cumprimento do disposto no artigo 4.º, nos n.ºs 3 a 5, da Lei da Rádio;
 - 10.8.** Linhas gerais de programação e grelha de programação;
 - 10.9.** Memória descritiva da atividade desenvolvida nos últimos dois anos;
 - 10.10.** Indicação dos recursos humanos e respetivas funções, afetos à programação própria do serviço de programas, nomeadamente os responsáveis pela orientação e supervisão de conteúdo das emissões e pela informação, com o respetivo título profissional de jornalista;
 - 10.11.** Documento comprovativo da situação contributiva regularizada perante a segurança social;
 - 10.12.** Documento comprovativo da situação tributária regularizada, emitido pelo serviço de finanças do Entroncamento;

- 10.13.** Demonstração de resultados 2022; e
- 10.14.** Gravação das emissões radiofónicas (das 0:00h às 24:00) dos dias 24 e 25 de novembro de 2023.

IV - Operador de Rádio

- 11.** O operador requerente detém a licença *supra* identificada no ponto 2 da presente deliberação desde o dia 12 de junho de 1989, a qual viria a ser renovada pela Alta Autoridade Para a Comunicação Social, Deliberação 2866/2000, dia 7 de junho 2000, e novamente pela Deliberação 113/LIC-R/2009, da ERC, de 2 de abril de 2009, pelo prazo de 10 anos.
- 12.** Com a aprovação e entrada em vigor da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, os prazos de validade das licenças foram alterados, passando de 10 para 15 anos, dispondo o artigo 86.º, n.º 3, do identificado diploma que «[o] prazo de duração das licenças (...) previsto no n.º 1 do artigo 27.º é aplicável aos títulos habilitadores atribuídos ou renovados depois de 1 de janeiro de 2008 (...)», como é o caso da licença em análise. A licença do operador requerente é, assim, válida até 11/06/2024.
- 13.** O operador R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda. tem como atividade principal a rádio, respeitando, assim, o princípio da especialidade imposto pelo artigo 15.º, n.º 2, da Lei da Rádio.

V - Obrigações legais

- 14.** Para efeitos de avaliação do cumprimento das obrigações de um serviço de programas generalista, de âmbito local, foram tidos em conta os elementos

disponíveis na ERC, nomeadamente ações de fiscalização, queixas ou participações contra o operador, o cumprimento das obrigações legais da transparência (cf. ANEXO) e a audição de dois dias de emissão, 24 e 25 de novembro de 2023.

15. Nos últimos 15 anos de atividade do operador foi identificado um processo relativo à alteração domínio sem autorização prévia³, que resultou em arquivamento, não se identificando outras queixas, ou participações contra o operador/serviço de programas.

a) Concentração

16. No que respeita às exigências da não concentração, decorrentes do artigo 4.º, nº 3 a 5, da Lei da Rádio, o operador e os seus detentores de capital da R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda. declaram respeitar os limites ali impostos.

b) Financiamento

17. O operador de rádio declarou «que a atividade de rádio que prossegue não é de qualquer forma financiada, direta ou indiretamente por qualquer partido político, associação política, organizações sindicais, patronais ou profissionais (...)» cumprindo o disposto no artigo 16.º, nº 1, da Lei da Rádio.

c) Lei da Transparência

18. A informação comunicada pela R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda. ao abrigo do regime jurídico da transparência poderá ser consultada no Portal da

³ Deliberação 89/2013 (AUT-R)

Transparência. A R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda. está globalmente em cumprimento da Lei da Transparência e respetiva regulamentação.

19. Não foram identificadas deliberações de processos contraordenacionais da transparência, relativos à R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda.

d) Programação

20. De entre as obrigações gerais consagradas no artigo 32.º da Lei da Rádio, para os operadores de rádio, destacam-se a de assegurar a difusão de uma programação diversificada, que inclua espaços regulares de informação, a difusão de programas que promovam a cultura, a língua e a música portuguesas, a identificação em antena dos respetivos serviços de programas e a difusão de programação, incluindo informativa, com relevância para a audiência da correspondente área de cobertura, nomeadamente nos planos social, económico, científico e cultural.
21. A grelha de programação e sinopses dos conteúdos disponibilizados descrevem um serviço de programas diversificado, dirigida à área de cobertura, com espaços de interação, música e informação cultural, entre outros. De acordo com as audições efetuadas podemos destacar os seguintes programas: Todos os dias “Acordar com D. Bosco” um espaço musical nas manhãs da Rádio Salesiana 105.7, pela tarde, o programa “Mais Tarde” um espaço preenchido com muita música, mas também algumas rubricas, de que são exemplos espaços sobre a Língua Portuguesa. Durante as noites o programa “Boa Noite”, um espaço dedicado às músicas de outros tempos, com destaque para um artista, as suas músicas e a sua biografia.
22. Pelo disposto, verificou-se o cumprimento do artigo 32.º da Lei da Rádio, quanto às obrigações gerais dos operadores em matéria de programação.

23. Verificou-se a emissão foi composta durante a totalidade das 24 horas, ou seja, «composta por elementos selecionados, organizados e difundidos autonomamente pelo operador de rádio responsável pelo respetivo serviço de programas» (cf. artigo 2.º, n.º 1, alínea g), da Lei da Rádio).

e) Informação

24. Determina o artigo 35.º da Lei da Rádio que «[o]s operadores de rádio que forneçam serviços de programas generalistas ou temáticos informativos devem produzir, e neles difundir, de forma regular e diária, pelo menos três serviços noticiosos, entre as 7 e as 24 horas».
25. Quanto aos serviços informativos emitidos pela Rádio Salesiana 105.7, foram de âmbito local, regional e também nacional, emitidos todos os dias, às 00horas, 4horas, 11horas, 12horas, 14horas, 16horas, 18horas e às 21horas, considerando-se respeitada a exigência do artigo 35.º da Lei da Rádio.
26. Os serviços noticiosos locais e regionais e por vezes de âmbito nacional, são da responsabilidade pela informação Álvaro Artur Pinto Lago (TE 546), sendo indicado como diretor de programas, Luís Miguel Henriques, garantindo, assim, o cumprimento dos artigos 33.º e 36.º da Lei da Rádio.

f) Denominação de frequência

27. Quanto à indicação da denominação e da frequência, verificou-se que nos dois dias auditados foram identificados a frequência e o nome do serviço de programas, ou seja, «pelo menos uma vez em cada hora», conforme exigido pelo n.º 2 do artigo 37.º da Lei da Rádio.

g) Publicidade e patrocínio

28. Relativamente ao cumprimento das obrigações em matéria de publicidade e patrocínio, consagradas no artigo 40.º da Lei da Rádio, foi detetada a existência de separadores (sinais acústicos) entre a publicidade e a restante programação.

h) Música portuguesa

29. Quanto ao cumprimento das obrigações de difusão de música portuguesa, consagradas nos artigos 41.º e seguintes da Lei da Rádio, o operador encontra-se inscrito no Portal das Rádios, registando as quotas de música portuguesa representada na figura. 1.

Fig. 1: Quotas de música portuguesa – Rádio Salesiana 105.7

| Mês / Ano | Rádio Salesiana 105.7 * | | | | | |
|-----------|-------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------------------|-----------------------------|------------------------------------|
| | 24H | | | 7h-20h | | |
| | Música Portuguesa | Música em Língua Portuguesa | Música Portuguesa % Música recente | Música Portuguesa | Música em Língua Portuguesa | Música Portuguesa % Música recente |
| jan/24 | 57,55% | 185,43% | 65,95% | 58,64% | 190,91% | 67,27% |
| fev/24 | 63,62% | 205,80% | 82,97% | 65,45% | 213,87% | 88,18% |
| mar/24 | 62,48% | 201,89% | 80,09% | 64,49% | 210,16% | 84,00% |
| abril/24 | 62,35% | 200,87% | 76,87% | 64,43% | 209,82% | 81,39% |

* As subquotas de música portuguesa têm por base a quota mínima de música portuguesa fixada em 30%.

Fonte: Portal das Rádios da ERC

30. Conforme se podemos observar na figura anterior, a programação musical da Rádio Salesiana 105.7, relativamente às quotas e subquotas de música portuguesa estabelecidas na Lei da Rádio, nomeadamente a primeira quota prevista no n.º 1 do art.º 41.º (fixada em 30 %), as restantes subquotas de música em língua portuguesa e de música recente, dá cumprimento integral ao disposto na Lei da Rádio.

i) Estatuto editorial

- 31.** Dispõe o artigo 34.º da Lei da Rádio que «[c]ada serviço de programas deve adotar um estatuto editorial que defina claramente a sua orientação e objetivos e inclua o compromisso de respeitar os direitos dos ouvintes, a ética profissional e, nos casos aplicáveis, os princípios deontológicos do jornalismo», o qual para além de depositado na ERC, «deve ser disponibilizado em suporte adequado ao seu conhecimento pelo público, em especial nos respetivos sítios eletrónicos » o mesmo encontra-se disponível sítio eletrónico na serviço de programas e consultável em <https://www.radio.salesianos.pt/>

j) Outras obrigações

- 32.** De acordo com as certidões apresentadas e constantes do processo, a situação contributiva e tributária do Operador está devidamente regularizada, tal como se exige no n.º 4 do artigo 27.º da Lei da Rádio.
- 33.** De acordo com os elementos disponíveis no processo, conclui-se que a exploração do serviço de programas é desenvolvida pelo legítimo titular da licença.

VI - Deliberação

O Conselho Regulador da ERC, no exercício das competências previstas no artigo 24.º, n.º 3, alínea e), dos Estatutos da ERC, conjugado com o artigo 27.º, n.ºs 3 e 4, da Lei da Rádio, tendo concluído pelo regular cumprimento das obrigações do operador, delibera renovar, pelo prazo de 15 anos, a licença para o exercício da atividade de radiodifusão sonora de que é titular R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda., para o concelho de Entroncamento, na frequência 105.7MHz, disponibilizando um serviço de programas generalista com a denominação Rádio Salesiana 105.7.

Mais delibera que os efeitos da presente deliberação retroagem a 11 de junho de 2024, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 155.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 156.º do Código do Procedimento Administrativo.

É devida taxa por emissão de título habilitador relativa à renovação da licença, nos termos do disposto no artigo 9.º, n.ºs 1 e 2, al. a), do Decreto-Lei n.º 103/2006, de 7 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 70/2009, de 31 de março, 36/2015, de 9 de março, 33/2018, de 15 de maio, e 107/2021, de 6 de dezembro, no total de 9UC (cf. Anexo IV do citado diploma).

Lisboa, 17 de julho de 2024

O Conselho Regulador,

Helena Sousa

Pedro Correia Gonçalves

Carla Martins

Rita Rola

ANEXO

Avaliação realizada pela Unidade da Transparência dos *Media* da ERC – Estrutura e Relações de Propriedade R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda.

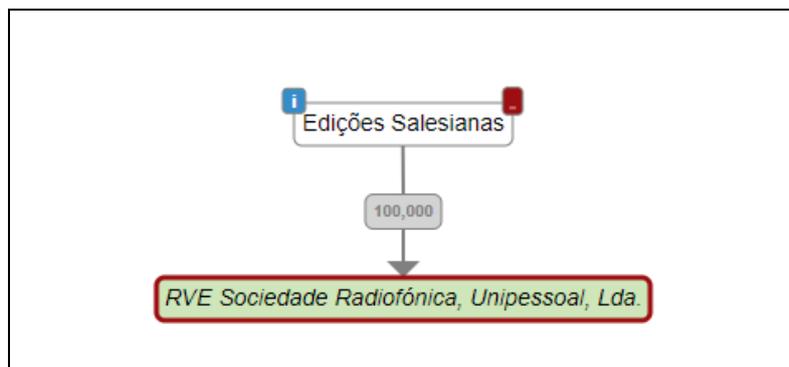
I – Exposição

1. A fim de habilitar a pronúncia da ERC relativamente ao pedido de renovação da licença do serviço de programas Rádio Salesiana 105.7 (90.1 Alijó e 105.7 Entroncamento), foi solicitada à Unidade da Transparência dos *Media* informação relativa à estrutura e relações de propriedade do operador R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda., proprietário do serviço de programas de rádio mencionado, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos preceitos da Lei n.º78/2015, de 29 de julho, e sua regulamentação.

II – Estrutura de Propriedade – Detenção Direta e Indireta

2. A R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda. é diretamente detida por uma única pessoa coletiva, as Edições Salesianas (pessoa coletiva religiosa).
3. As pessoas coletivas que detêm pelo menos 5% do capital social do órgão de comunicação social em análise são as identificadas na figura 1.

Fig. 1: Organograma completo (cima e baixo) da R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda.



(Portal da transparência – 03/07/2024)

Fig. 2: Beneficiários Efetivos da R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda.

| Designação | Tipo de Detenção | Detenção (%) | Direitos de Voto (%) |
|--------------------|---------------------|--------------|----------------------|
| Edições Salesianas | Diretamente detidas | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Portal da Transparência. Data 11/09/2023

III – Relacionamentos

- Do que é possível apurar através da informação pública do Portal da Transparência, os titulares das participações diretas e indiretas não são detentores de outros órgãos de comunicação social sob jurisdição do Estado português.
- Nenhuma pessoa singular foi identificada como detendo pelo menos 5% do capital social do órgão de comunicação social, pelo que nenhuma faz parte dos órgãos sociais de outras empresas proprietárias de OCS.
- Nos últimos três anos, a R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda. não identificou quaisquer Clientes Relevantes ou Detentores Relevantes de Passivo.
- Consultado o Portal Base.gov, identifica-se um único contrato, com a Direção-Geral de Saúde, no valor de 5.573,54€. Contudo a data do contrato é de 19/11/2020 e a sua publicação de 11/01/2021. É público e notório o objeto deste tipo de contratos (*Aquisição de espaço/tempo para difusão de ações de publicidade institucional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 ou inerentes à mesma, junto dos titulares de órgãos de comunicação social de âmbito regional e/ou local*) e a sua execução típica. Motivo pelo qual se considera evidente ter o contrato sido executado nos dois anos de referência, 2020 e 2021, não ultrapassando o limite de 10% anual que obrigaria a reporte individualizado.

IV – A Lei da Transparência e Regulamentos Inerentes

8. A informação comunicada pela R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda. ao abrigo do regime jurídico da transparência poderá ser consultada no Portal da Transparência. A R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda. está globalmente em cumprimento da Lei da Transparência e respetiva regulamentação.
9. Não foram identificadas deliberações de processos contraordenacionais da transparência, relativos à R.V.E. – Sociedade Radiofónica, Unipessoal, Lda.